

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO POPULISMO E NEOPOPULISMO NO BRASIL

Miguel Vinícius Teixeira da Silva¹

Andréia Leite Kuyumjian²

Cybele Brahim Barbosa³

RESUMO

Conceituar temas como populismo e neopopulismo tem sido, de certa forma, um grande desafio para pesquisadores das ciências humanas e sociais. Caracterizar a educação brasileira no contexto do fenômeno do populismo é antes de tudo a realização de um resgate político e histórico. O populismo, em especial, é apresentado por diversos autores de diferentes perspectivas mudando a metodologia de análise, o espaço geográfico e o tempo histórico e, por consequência a teoria. Alguns trabalham o termo como advento da mobilização das massas, não necessariamente a classes subalternas; outros como fenômeno político e ideológico. Na América Latina, ficou marcado na primeira metade do século XX, com o “Varguismo” no Brasil e o “Peronismo” na Argentina. Entretanto, no final do século passado e na primeira década do século XXI, edificam-se, também na América Latina, governos caracterizados como líderes com a presença de carisma, personalismo, nacionalismo, antioligárquicos e antiunificação global. Tais características fizeram com que alguns teóricos apresentassem um novo fenômeno - o Neopopulismo. Diante disso, este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar algumas dessas diferentes perspectivas teóricas, através de uma análise de trabalhos dedicados ao tema e, a partir daí, analisar as políticas educacionais no contexto do populismo e neopopulismo no Brasil, passando pelo governo democrático de Vargas, Jango e analisando o reflexo de algumas políticas públicas sociais e educacionais no primeiro governo Lula.

Palavras-chave: Populismo. Neopopulismo. Educação. América Latina.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Programa de Pesquisa Observatório da Educação (OBEDUC, 2012) parceria UFES, UFG e UnB. PPG/UFES/CAPES. E-mail: miguelitocso@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. PPG/UFES/CAPES. E-mail: andréia.rk@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. PPG/UFES/CAPES/IFES. E-mail: cybelebb@gmail.com

ABSTRACT

EDUCATION IN THE CONTEXT OF POPULISM AND NEO-POPULISM IN BRAZIL

Conceptualize issues such as populism and neo-populism, has been, in a way, a major challenge for researchers in the humanities and social sciences. To characterize the Brazilian education in the context of populist phenomenon is above all the achievement of a political and historical recovery. Populism, in particular, is presented by several authors from different perspectives, changing the methodology for analyzing the geographic space and historical time, and consequently the theory. Some work the term as advent of the mobilization of the masses, not necessarily the lower classes, as other political and ideological phenomenon. In Latin America, was marked in the first half of the twentieth century, with the "Varguismo" in Brazil and "Peronism" in Argentina. However, late last century and the first decade of this century, is built-also in Latin America, governments with the figure of leaders with the presence of charisma, personalism, nationalism, and antioligarquicos global unification, these characteristics have led some theorists to submit a new phenomenon - the Neopopulismo. Given this, this paper aims to present and analyze some of these different theoretical perspectives, through an analysis of works devoted to the subject and, thereafter, analyze the educational policies in the context of populism and neo-populism in Brazil, through the democratic government of Vargas, Jango and analyzing the reflection of some social and educational public policies at the Lula government.

Keywords: Populism; neopopulism; education; Latin America

1 INTRODUÇÃO

Propor uma discussão acerca de **populismo e neopopulismo** na América Latina requer, antes de tudo, uma análise histórica e teórica dos termos. Entre as décadas de 1930 e 1950 edificam-se governos denominados como populistas, esses, na figura de um líder, caracterizavam-se por conter carisma e de forte identificação com o povo e, de acordo com alguns autores, a minuciosa presença do discurso demagógico. Outra característica importante é a atribuição de práticas políticas que remetem à manipulação. É interessante apontar que essa manipulação possui um sentido ambíguo, do ponto de vista aplicativo, adquirindo, através do poder político estatal, uma forma de controle sobre as massas quanto também para atender suas demandas. No entanto, alguns autores apontam que o populismo nunca foi somente manipulação das massas, conforme defende Weffort (1992, p. 62):

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2015.

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história, alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípio dos líderes.

Entretanto, podemos aqui fazer uma comparação desse tipo de manipulação com a **dominação carismática** weberiana, ou seja, aquela em que o “senhor”, neste caso o populista, tem sua influência embasada a partir de qualidades pessoais como faculdades mágicas, heroísmo, poder intelectual e oratória. No conceito de Weber (1982), isso propicia depositar uma confiança com a qual o indivíduo é visto como o salvador, o herói, o santo. No entanto, é importante ressaltar que, ainda segundo Weber, a dominação carismática só existe enquanto há carisma, ou seja, é essa característica que lhe dá sustentação de poder, seja ele político, moral ou social.

Alguns autores colocam o fenômeno do populismo como algo típico das sociedades latino-americanas. Entretanto, outros vão mais além e apontam que, no que se refere ao termo “populismo”, esse já foi utilizado nos Estados Unidos, como aponta Baquero:

[...] o conceito sobre populismo não é novo, nem teve sua gênese nos países latino-americanos (o que em parte explica a controvérsia sobre seu significado). O termo já era utilizado nos Estados Unidos, no século XVII, para caracterizar a preocupação dos pequenos comerciantes rurais da época com as crises geradas pelo sistema monetário (BAQUERO, 2010, p. 183).

Isso nos convoca a considerar que alguns autores teorizam o populismo como reflexo de uma base social e econômica, ou seja, é seu contexto sócio-histórico que irá definir sua fenomenologia política; enquanto outros apontam como um fenômeno puramente ideológico. Contudo, propomos, neste trabalho, discutir e tecer comentários sobre essas diferentes abordagens, seja ela apontando o populismo como fenômeno fruto de um contexto social e econômico ou como uma ideologia política.

Para além da contextualização teórica do populismo, objetivamos aqui fazer uma apresentação histórica acerca das principais políticas educacionais e seus reflexos no cenário político, no contexto do fenômeno do populismo e neopopulismo no Brasil. Para isso,

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2015.

analisaremos o governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954), perpassando pelo governo de Juscelino Kubitscheck, João Goulart e seus destaques no que tangem à educação. Analisaremos ainda o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), destacando o Programa Bolsa Família como proposta de política pública e seus reflexos diretos para a educação. Destacaremos o “Governo Lula” como fenômeno neopopulista, que se destaca no contexto da América Latina.

2 CONCEITUANDO O POPULISMO

Para conceituar o fenômeno do populismo, é preciso realizar previamente uma retrospectiva histórico-geográfica que, de acordo com alguns autores, representam diferentes perspectivas acerca do tema. Então, tomamos como base a análise feita por Worsley (1970), quando analisa que há diferentes tipos de manifestações do termo. Dessa forma, colocaremos aqui algumas perspectivas que se diferem do ponto de vista geográfico e, sobretudo, ideológico, apoiando-se em diferentes classes sociais. Então, assim, temos: o movimento russo “narodnik” (ou como ficou conhecido *Narodnichestvo*), que era uma manifestação de camponeses, ou seja, de forma ideológica com aspirações socialistas.

Outro movimento a ser levado em consideração e tomado como exemplo para as diversas variantes acerca do conceito do termo em questão é o que ocorreu nas regiões oeste e sul dos Estados Unidos, especificamente nas zonas rurais, no final do século XIX. Por fim, podemos ainda citar algumas atribuições a movimentos na África, Ásia e, em especial, entre às décadas de 1930 e 1950 na América Latina, como o Peronismo e Varguismo. Essa última concepção é exemplificada por Enrique Peruzzotti a partir da ideia de teoria democrática de Carl Schmitt.

[...] el concepto schmittiano de democracia se opone a la idea de una construcción mediada de la voluntad popular, proponiendo en cambio un modelo de democracia directa organizada alrededor del proceso de identificación no mediada entre pueblo y gobierno. Esta noción de democracia va a tomar forma histórica en América Latina con la emergencia de lo que se ha denominado los regímenes populistas clásicos (Perón, Varas, Velasco, Cárdenas) (PERUZZOTTI, 2008, p. 98).

Em *La razón populista*, Laclau (2011) define populismo como uma lógica própria de construção política de identidades coletivas, marcada pela ideia de demanda social. Para o referido autor, essa seria a base do populismo, caracterizado por um antagonismo, ou seja, o povo e o governo (detentor do poder político). Esse teórico explica que quando surgem tais demandas abrem-se espaços para uma mobilização e, por consequência, a colocação simbólica de um líder, entenda-se aqui, o populista.

O mesmo Laclau, em “Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo” (1978), apresenta dois importantes conceitos para compreender tais demandas, as ideias de **mobilização e integração**⁴. Laclau coloca que mobilização seria o processo pelo qual grupos que, antes se apresentavam como passivos, em decorrência da articulação das demandas adquirem um comportamento **deliberativo**. E, todavia, por integração, entende-se o tipo de mobilização que seja realizada a partir de dois pontos: a) a que é realizada através de canais políticos institucionalizados, ou seja, legitimados pelo regime sociopolítico e, b) o marco de legitimidade do regime é implícito ou explicitamente aceito pelos grupos mobilizados que estão entrelaçados com a legalidade vigente (LACLAU, 1978).

Ainda usando Ernesto Laclau (1978), devido a muitas controvérsias acerca do fenômeno, ele aponta que diversos estudiosos atribuíram duas soluções antagônicas. Na primeira, a qual ele atribui de “nihilismo populista” remeteria a ideia como algo vazio, ou seja, sem uma ideologia própria, oriunda do contexto das demandas sociais, porque tem como característica principal a base social e econômica, portanto, segundo o autor, ainda haveriam perguntas a serem respondidas.

A segunda, quem melhor explica, citando o próprio Laclau, é Guita Grin Debert, para quem:

A segunda solução seria procurar caracterizar o populismo não como um movimento, mas como uma ideologia, cujos traços dominantes seriam: anti-status quo, apelo ao povo e não às classes, desconfiança dos políticos tradicionais, anti-intelectualismo, etc. (DEBERT, 2008, p. 15).

⁴ Estes conceitos são apresentados na obra: G. Germani. *Política y Sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1965.
Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2015.

Desse modo, Laclau (2011) afirma que a caracterização dos traços é apresentada de maneira descritiva e, portanto, o populismo como ideologia é deixado de lado. Entretanto, não é possível dizer qual o real papel que as características presentes no populismo possuem no processo elencado como de mobilização social.

Laclau (1978) aponta a teoria de que deveria existir um elemento adicional para que a massa seja mobilizada na direção populista: o surgimento de uma elite dirigente comprometida com esse processo de mobilização. Para Laclau (1978), o surgimento dessa elite se faz necessário para liderar o movimento populista através de um fenômeno que ele classificou como aberrante, qual seja, a existência de uma incongruência de status entre as aspirações e a satisfação do emprego.

A partir dessa perspectiva, aponta três características essenciais do populismo: uma elite imbuída de uma ideologia anti-*status quo*; em uma massa mobilizada, gerada por uma “revolução de expectativas crescentes”; em uma ideologia dotada de amplo apelo emocional. Laclau (1978) ainda afirma que as raízes do populismo estão presentes de modo assíncrono entre os processos de transição de uma para outra, constituindo assim uma forma de expressão política dos setores populares, incapazes de se organizarem de maneira autônoma e uma ideológica, enquanto classe.

3 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO POPULISTA

A educação brasileira no contexto do fenômeno do populismo destaca-se principalmente a partir da década de 1930, ou seja, após a chamada revolução de 1930 e que determinou o fim da “política do café com leite” e, por consequência, a partir da entrada de Getúlio Vargas no poder, iniciando, assim, a sua hegemonia no cenário político brasileiro. Entretanto, o início do populismo no Brasil está presente no seu segundo governo (1951 – 1954), denominado de período democrático.

Após o fim do Estado Novo, em 1948, durante o Governo Dutra, o então Ministro da Educação Clemente Mariano apresentou o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As discussões que se estenderam até 1961 foram marcadas por embates polêmicos, como o explicitado entre dois grupos que defendiam interesses distintos: de um lado, os defensores da escola privada, como empresários e a Igreja Católica e, de outro, os defensores da escola pública, como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes.

Houve uma forte campanha em Defesa da Escola Pública, que culminou com o “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados” (1959), assinado por Fernando de Azevedo e mais 164 personalidades de destaque no cenário cultural brasileiro. De resto, observa-se como a legislação sempre refletiu os interesses apenas das classes representantes no poder (PASINATO, 2013, p. 2).

Depois do rápido governo de Janio Quadros (1961), seu vice João Goulart assume o poder inicialmente em um sistema parlamentarista e, depois da campanha da “rede da legalidade” e pelo voto popular com a volta ao presidencialismo, assume como presidente da república. O governo de João Goulart (1961-1964), o Jango, era herdeiro político de Vargas e de certo modo, acreditava-se que ele tenderia a seguir a linha populista. Entretanto, no auge da Guerra Fria, seu governo é marcado pelas disputas hegemônicas e contra-hegemônicas no cenário político brasileiro. Os anticomunistas acusavam o governo de Jango e temiam a instalação de uma república socialista no Brasil. Após a declaração de suas reformas de base, tais reformas caracterizavam-se por ser um conjunto de propostas que visava promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas e que, por conseguinte, visava garantir a superação do subdesenvolvimento, permitindo assim, uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Segundo Bomeny (2008), em 1961, durante o governo de Janio Quadros, a educação no país atravessava um período alarmante com percentagem de 39,5% de analfabetos, distribuídos entre 15 a 69 anos dentre a população estudantil. Neste período, 5.775.246 alunos estavam matriculados na rede de ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos de pós-graduação. Ainda segundo a autora, esses dados apontam que o Brasil era um país com uma porcentagem considerável de analfabetos, sendo que menos de 15% da população estudantil do ensino primário passava para o ensino médio (BOMENY, 2008).

De acordo com Faria (2012), ao analisarmos a constituição de 1946, percebemos que somente tinha direito de participar das eleições (votar) aqueles indivíduos que eram alfabetizados. Ainda segundo a autora, quase 40% da população do Brasil, o equivalente a 16 milhões de pessoas, estavam excluídas da eleição de seus representantes. Faria (2012) aponta ainda outra questão: a manipulação. A autora enfatiza que, embora algumas pessoas participassem do processo eleitoral, não exerciam de forma consciente sua cidadania, pois eram cooptadas a votar de acordo com o estabelecido por outrem.

4 O NEOPOPULISMO, O LEGADO NA AMÉRICA LATINA

Enquanto no populismo podemos perceber sua gênese em diversos espaços e tempo, dificultando assim uma análise teórica concreta, o neopopulismo na América Latina edifica-se como um fenômeno típico desse continente. Entretanto, quais características são atribuídas a esse movimento? Tal fenômeno possui alguma ligação teórica ou comportamental ao populismo das décadas de 1930 e 1950?

De acordo com Baquero (2010), o neopopulismo trabalha com um clientelismo de massas via políticas públicas de caráter assistencialista. Nesse contexto, tal fenômeno apresenta uma espécie de mescla de características do populismo, como líder com carisma, nacional-desenvolvimentista, personalista etc. Acrescentam-se a essas características algumas que antigamente não se encontravam, como anti-integração global, nacionalismo e anti-política. É evidente que o contexto socioeconômico é outro se compararmos ao do fim da primeira metade do século XX e início da segunda.

No caso da Venezuela por meio do seu falecido presidente Hugo Chávez, tem-se um governo extremante envolvido com as questões das camadas populares. Isso, de acordo com Seabra (2012), tem levado muitos estudiosos da chamada Revolução Bolivariana a definirem o Chavismo como um governo populista, ou, nesse contexto, neopopulista.

Mesmo que haja diferenças, segundo o autor supracitado, no que se refere ao sentido do discurso populista, há uma preocupação por parte de alguns estudiosos, na relação entre o líder e a massa popular, sobre o elemento personalista que varia entre o carismático e o autoritário, tornando assim um traço permanente na história político-democrática no âmbito da América Latina.

5 O NEOPOPULISMO, LULISMO E EDUCAÇÃO

Os anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) têm como destaque os programas sociais que por muitas vezes foram considerados pelos críticos como assistencialistas ou até mesmo compensatórios e que tiveram como principal foco a população em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Perante as desigualdades sociais apresentadas em todo território brasileiro, as políticas sociais têm sido estimuladas pelos ensaios em diminuir tais diferenças. Para isso, diferentes programas são apresentados à sociedade brasileira pelo viés do combate à pobreza.

Contudo, ao analisar separadamente as desigualdades econômicas, as políticas e seus diagnósticos, reduz-se a possibilidade de um entendimento macro da situação. Há necessidade de se compreender, sobretudo, os processos históricos de produção e reprodução dessas desigualdades sociais.

Para Fitoussi e Rosanvallon (1997, p. 12), a questão social é manipulada por três ações perversas que corrompem as análises políticas.

[...] a confusão entre política e bons sentimentos, como se aquela fosse mais uma questão de boas intenções do que de escolhas alternativas; o gosto pela política-espetáculo, que conduz à multiplicação das exibições de generosidade e boa vontade; e o maniqueísmo dos discursos que opõem incluídos a excluídos, mas não permitem entender a exclusão como fruto de um processo.

Segundo os autores, além do campo da economia, a desigualdade se instaurou com a falta de laços sociais, de solidariedade das afinidades entre economia e sociedade e da ausência da construção das identidades sociais coletivas. Assim, “o destino de cada um está menos ligado ao destino comum, podendo o indivíduo contar cada vez menos com a ação coletiva para a resolução dos seus problemas” (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 22).

Além de a política tradicional econômica brasileira tender a investir em ações que pouco resultam em uma verdadeira redução da pobreza, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), a desigualdade em nosso país vem se mantendo entorpecida com poucas mudanças em suas estruturas já há algumas décadas.

Para os autores, é natural que a busca pelo crescimento econômico seja constante e essa perseguição não deve ser um fim em si mesmo, pois a liberdade e a qualidade de vida devem ser consideradas como parte do resultado a ser atingido. Sendo assim, a distribuição da riqueza e renda no Brasil se torna um componente fundamental para a erradicação da pobreza, promovendo ao mesmo tempo a consciência de um desenvolvimento sustentável e o respeito pelo outro.

Contudo, compreender a ligação dos aspectos educacionais com a política social se torna um trabalho intenso, uma vez que, nos últimos anos, alguns programas, por vezes, aparecem fazendo interseções com as políticas educacionais. Precisamos perceber a escola pública na sua intrincada contextualização atual, abrangendo questões econômicas, políticas, cultural e educacional.

Conforme Barros, Henriques e Mendonça (2000), a rapidez e permanência da expansão educacional refletem de maneira direta no desenvolvimento socioeconômico sustentável. Em primeiro lugar, porque essa expansão educacional colabora com o crescimento econômico devido ao aumento da produtividade, dos salários e, automaticamente, a redução da pobreza. E, por último, a promoção de maior igualdade que torna a educação um “ativo não transferível” sendo oferecido aos mais pobres por meio da esfera pública. Para os autores,

esses dois caminhos proporcionam à expansão educacional promover o crescimento econômico, reduzindo a pobreza e a desigualdade.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma queda na taxa de miséria, de 8% se compararmos com a de 2003, ano no qual se inicia o governo Lula. No mesmo relatório, oito milhões de pessoas teriam saído da pobreza no decorrer do primeiro mandato de Lula.

No contexto de programas sociais do governo Lula, destaca-se o Programa Bolsa Família criado a partir do Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 com o objetivo de realizar uma transferência de forma direta do governo para as famílias cadastradas no programa. Dentre as principais exigências do programa às famílias assistidas, está a relação que esse programa possui com a escola, uma vez que é necessário que as crianças estejam matriculadas e frequentando a mesma. Como aponta o estudo realizado por Glewwe e Kassouf (2008, p. 15):

Nossas estimativas por escola indicam que, após a contabilização dos efeitos de defasagem, o programa aumentou as matrículas em 5,5% em escolas de 1ª a 4ª série e em 6,5% em escolas de 5ª a 8ª série, diminuiu as taxas de abandono escolar em 0,5 ponto percentual de 1ª a 4ª série e em 0,4 por cento de 5ª a 8ª série, e aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9 ponto percentual de 1ª a 4ª série e 0,3 ponto percentual de 5ª a 8ª série. Partindo do pressuposto de que o programa tem pouco ou nenhum impacto sobre não participantes, o impacto sobre os participantes, que representam um terço do total de crianças no Brasil, é cerca de três vezes maior. As estimativas por município são bastante semelhantes, embora as de 5ª a 8ª sejam imprecisas.

Ao reconhecer o aumento da escolaridade da população como um impacto positivo na sociedade, é necessário analisarmos as ações que favorecem e as lacunas que ainda se apresentam para a minimização de erros, antes mesmo de compararmos nossa realidade com as experiências internacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim de concluir, reiteramos que o populismo é apresentado por meio de diferentes perspectivas e analisado de diferentes formas. Isso faz com que existam teorias que analisam o fenômeno tal como ideologia ou tal como um reflexo das demandas das massas, diferenciando-se até no ponto de vista das classes sociais. Ou seja, alguns autores apontam elementos contundentes no que dizem respeito à sua origem nas camadas sociais, seja na classe média, seja nas camadas mais subalternas.

O que ficou evidenciado é que o fenômeno tem diversas atribuições quanto à origem do termo propriamente dito e que, independentemente de sua origem, ele é abordado por diversos autores, que tratam o fenômeno como algo ligado à figura de um líder carismático e a personificação desse líder está presente de maneira forte. Dessa forma, o populismo não se apresenta com características políticas e, sobretudo, ideológicas e definidas. O que existe de fato é uma divisão da sociedade entre aquelas apontadas como demandas sociais e o que está, neste contexto, institucionalizado.

Na historicidade do fenômeno populista no Brasil, destacam-se algumas ações e políticas educacionais que, de certo modo, contribuíram para a consolidação do poder político do líder político carismático. Entretanto, no recorte histórico no qual se encontra o populismo, a educação foi muitas vezes alvo de disputas com o objetivo de manutenção de interesses e de novos interesses, como no percurso da discussão do projeto da LDB de 1961, que, colocou em lados distintos os que defendiam os interesses de uma escola pública e os que defendiam os interesses privados.

Quando falamos de Neopopulismo, encontramos características semelhantes ao populismo dos anos 1940 e 1950, fenômeno esse apresentado por diversos autores como algo típico da América Latina. Nesse contexto político, o fenômeno está intimamente ligado a ações políticas assistencialistas, como é o caso do governo Lula no Brasil, o governo de Hugo Chávez na Venezuela, denominado de “Chavismo” e sua política bolivariana, Kirchner na Argentina, Rafael Correa no Equador e Evo Morales na Bolívia.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2015.

No Brasil, mais especificamente no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, encontramos, no que se referem à educação, políticas educacionais que, de certo modo, aproximam o líder carismático às massas. Nesse sentido, destacam-se as políticas do primeiro mandato de Lula, como o Programa Bolsa Família, que, contribui não só para retirar milhões da situação de miséria e pobreza, mas também, por possuir como pré-requisito a permanência de crianças, jovens e adultos na escola, tem contribuído com o processo de escolarização no país. Em análises feitas nos primeiros anos, são encontrados números consideráveis em relação ao número de matrículas.

Por fim, o populismo e o neopopulismo são fenômenos que se assemelham. Porém, talvez, devido ao contexto histórico, seus reflexos nas políticas educacionais sejam distintos e mesmo assim, consideráveis.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. **Sociedade e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 181-192, 2010.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma instabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, 2000.

BOMENY, H. **O sentido político da educação de Jango**. 2008. Disponível em: <www.institutojoagoulart.org.br>. Acesso em: 28 dez. 2014.

DEBERT, G. G. **Ideologia e Populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Laerda, Leonel Brizola. Rio Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GERMANI, G. *Politica y Sociedad en una epoca de transición*. *Politica y Sociedad en una epoca de transición*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1965.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2015.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. **O Impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_ImpactoBolsaFamilia_Premio.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2014.

FARIA, N. R. O Governo João Goulart e os Movimentos de Educação e Cultura Popular: Conscientização e Independência Política Internacional. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 15, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338387875_ARQUIVO_GovernoJoaoGoularteMovimentosdeEducacao-NathaliaRodrigues.pdf>. acesso em: 23 dez. de 2014.

FITOUSSI, J.; ROSANVALLON, P. *A nova era das desigualdades*. Trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1997.

LACLAU, E. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

_____. **Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismos, Fascismo e Populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PASINATO, D. **Educação no Período Populista Brasileiro (1945-1964)**, 2013. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/ph/article/view/3647>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

PERUZZOTTI, H. **El retorno del pueblo: populismo y nuevas democracias en América Latina**. Quito: FLACSO, 2008.

SEABRA, L. R. **A primeira Revolução do Século XXI? Bolívarianismo e Socialismo na Venezuela**. 2012. 237 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília-UNB. Brasília, 2012.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEFFORT, Francisco. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade (prefácio). In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 21º ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 1-26.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2015.

WORSLEY, P. The concept of populism. In: IONESCU, G.; GELLNER, E. **Populism**. Londres: Weindenfeld and Nicholson, 1970.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2015.